



MINUTA DE PROPOSTA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

MINUTA DA RESOLUÇÃO Nº XX – CONSUP/IFAM/2016

Dispõe sobre a inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* do IFAM.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, neste ato como Presidente do Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, conforme os dispositivos legais previstos no Art. 10 da Lei Federal nº 11.892, de 29.12.2008, e no art. 10 da Portaria nº 373 – GR/IFAM, de 31 de agosto de 2009;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa MEC nº13, de 11 de maio de 2016, que, estabelece o prazo noventa dias para as Instituições Federais de Ensino Superior “apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (mestrado, mestrado profissional e doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas”;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, preconizando a criação de incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados a temas referentes às questões pertinentes à população negra e apoiar grupos e núcleos de pesquisa nos programas de pós-graduação que desenvolvem temáticas de interesse da população negra;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que reserva o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, contemplando percentual de reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que dispõe reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal, aos candidatos negros (pretos ou pardos) conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, de maneira que os candidatos negros concorram concomitantemente às vagas reservadas e às destinadas à ampla concorrência;

CONSIDERANDO o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que



ao dispor sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, reserva 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos às pessoas com deficiência, assegurando-lhes o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, concorrendo a todas as vagas;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 373, de 31 de agosto de 2009 que trata do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, preconizando o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania e a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

CONSIDERANDO a Resolução Nº 02, de 28 de março de 2011 que trata do Regimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, assegurando a inclusão social no escopo das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional.

CONSIDERANDO o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas que proporciona a ampliação e diversificação das ações de responsabilidades sociais e de programas para atendimento das vulnerabilidades sociais, com o compromisso de adequar à realidade local; adequação dos projetos pedagógicos dos cursos aos arranjos culturais, respeito à diversidade e a eliminação de preconceitos de forma a atender os sujeitos.

RESOLVE:

Art. 1º – Do total de vagas disponíveis, em cada processo seletivo dos cursos e programas de pós-graduação do IFAM, fica reservado o mínimo de 25% das vagas¹ para candidatos negros (pretos e pardos) e indígenas.

§ 1º - Os candidatos negros e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 2º - Os candidatos negros e indígenas aprovados dentro do número de vagas oferecidos para ampla concorrência serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º - Em caso de desistência de candidato negro e indígena aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro e indígena posteriormente classificado.

Art. 2º – Do total de vagas disponíveis, em cada processo seletivo dos cursos e programas de pós-graduação do IFAM, fica reservado o mínimo de 5% das vagas² para

¹ O quantitativo de 25% de reserva de vagas para negros (pretos e pardos) e indígenas está alinhado ao percentual estabelecido na Lei nº 12.711/2012.

² O quantitativo de 5% de reserva de vagas para pessoas com deficiência está alinhado ao percentual utilizado no Decreto nº 3.298/1999.



candidatos com deficiência.

§ 1º - Os candidatos com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 2º - Os candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º - Em caso de desistência de candidato com deficiência aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.

Art. 3º - Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, indígenas e pessoas com deficiência, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos); mantendo a oferta de no mínimo 01 vaga para cada categoria de reserva de vagas.

Art. 4º - Na hipótese de não haver número de candidatos cotistas, por cor/raça ou por deficiência, aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 5º - Os candidatos à reserva de vagas farão sua opção no ato da inscrição, utilizando formulário próprio indicando uma das modalidades de reserva de vagas (categoria cor/raça ou categoria pessoa com deficiência). A categoria cor/raça será definida conforme as classificações utilizadas pelo IBGE. A categoria pessoa com deficiência será definida especificando o tipo de deficiência.

§ 1º - A comprovação da autodeclaração dos candidatos cotistas aprovados dar-se-á por critérios e metodologias a serem estabelecidas pela Comissão de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, a ser criada com a finalidade de acompanhamento, avaliação e assessoramento junto aos Cursos e Programas de Pós-Graduação do IFAM.

§ 2º - Os processos seletivos deverão garantir recursos e serviços de acessibilidade para os candidatos com deficiência para realizar o processo seletivo em condições adequadas.

Art. 6º - A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação criará uma Comissão de Ações Afirmativas na Pós-Graduação para acompanhamento, avaliação e assessoramento junto aos Cursos e Programas de Pós-Graduação do IFAM.

§ 1º - Esta Comissão contará com a representação dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e, do Núcleo de Atendimento às Pessoas com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Av. Ferreira Pena, 1.109, Centro, Manaus/AM. CEP: 69025-010



Necessidades Específicas (NAPNE).

§ 2º - Esta Comissão criará indicadores para acompanhamento do acesso e permanência dos estudantes público-alvo desta Resolução nos programas de pós-graduação e, a cada 3 (três) anos seja realizada avaliação de caráter propositivo a ser encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, para os encaminhamentos necessários.

Art. 7º – Os cursos e programas de pós-graduação do IFAM poderão garantir estratégias que assegurem a permanência qualificada dos estudantes público-alvo desta Resolução nas ações de apoio e fomento ao desenvolvimento das atividades da pós-graduação.

§ 1º - No caso dos programas que dispõem de concessão de bolsas de estudo garantidas por órgãos de fomento (CAPES, CNPq, FAPEAM e outros), sejam estabelecidas estratégias para a distribuição de cotas de bolsas que levem em consideração a demanda e a especificidade dos estudantes público-alvo desta Resolução.

§ 2º - Os cursos e programas de pós-graduação poderão garantir estratégias para identificar e eliminar as barreiras (materiais e simbólicas): organizando o ambiente, diversificando os materiais, incluindo estratégias pedagógicas adequadas e disponibilizando recursos e serviços de acessibilidade.

Art. 8º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, de de 2016.